

LINGUAGEM E POESIA: ENTRE OCTAVIO PAZ E JACQUES DERRIDA

Jaidesson Oliveira Peres¹ e Yvonélio Nery Ferreira²

1. Universidade Federal do Acre (UFAC), Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI), Rio Branco, Acre, Brasil;
2. Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Educação (FE), Goiânia, Goiás, Brasil.

RESUMO

A linguagem tem uma inclinação para a pluralidade de sentidos. Na poesia, excitadas pela imaginação, as palavras restauram suas faces e podem dizer uma miríade de coisas, muitas delas opostas entre si. Disso decorre que a linguagem é sempre um material escorregadio. De índole metafórica, polissêmica, sua essência é simbólica. É poesia em estado natural, diz Octavio Paz. É significante remetendo a outro significante, sem um ponto fixo, sem um significado fechado, diz Jacques Derrida. Móveis, assim como os homens, as significações nunca estão dispostas e finalizadas. Este ensaio tem por proposta a reflexão acerca da ambiguidade inerente às palavras, em particular quando se fala em sua função estética — a poesia. Para tal, tencionamos, ressaltadas as diferenças de pensamento, reunir elucubrações dos referidos autores, para ajudar-nos a cogitar nas possibilidades que a poesia nos oferece para descobrir sentidos escondidos, recuperar a plenitude das palavras e desaferrar-nos do pensamento racional assente na vigilância, na crítica e na análise. Sem o sentido de utilidade, quando a língua é fadada a ser um instrumento do qual nos servimos, a linguagem nos abre um feixe de possibilidades de ser. Abrir uma aluvião de sentidos— eis a função do poeta, que sabe ouvir o que as palavras sussurram.

Palavras-chave: Linguagem, Poesia e Significações.

ABSTRACT

Language has an inclination towards the plurality of meanings. In poetry, excited by imagination, words restore their faces and can say a myriad of things, many of them opposed to each other. It follows that language is always slippery material. Metaphorical, polysemic in nature, its essence is symbolic. It is poetry in a natural state, says Octavio Paz. It is signifier referring to another signifier, without a fixed point, without a closed meaning, says Jacques Derrida. Variable, like men, meanings are never arranged and finalized. This essay aims to reflect on the ambiguity inherent in the words, particularly when we talk about their aesthetic function, the poetry. To this end, we intend, with due respect for different ways of thinking, to gather ideas from the aforementioned authors, to help us consider the possibilities that poetry offers us to discover hidden meanings, recover the fullness of words and free ourselves from rational thinking based on control, on criticism and analysis. Without the meaning of utility,

when language is destined to be an instrument that we use, language opens up a bundle of possibilities for us to be. Opening a flood of meanings — this is the function of the poet, who knows how to hear what words whisper.

Keywords: Language, Poetry and Meanings.

1. INTRODUÇÃO

A poesia constitui um meio de transpassar o tempo, a linguagem, a realidade sensível e a nós mesmos. Serve-se da linguagem, mas, a par, ultrapassa sua significação. É produto de um meio, por isso historicamente determinado, mas pode ser revivida toda vez que o poema é repetido pelo leitor, desatando-se em novos instantes e novas experiências. Recebe bafejos da paisagem que circunda um sujeito, mas franqueia essa mesma realidade pela imaginação livre, para criar novos, portentosos e belos mundos. É o espaço da reconciliação dos opostos, pela qual o homem se torna imagem — torna-se o outro, que nada mais é do que ele próprio. Pela aventura exploratória no rio da linguagem, o poeta penetra as funduras das palavras e as arranca de seus modos automatizantes. Desta sorte, a poesia desafia os limites da linguagem enquanto sistema de significações históricas. Está para além da linguagem, mas esse além, paradoxalmente, apenas pode ser alcançado pela ação da própria linguagem. Mago criador de imagens, o poeta revela um poder de transformar as palavras em outra coisa, tal que abre senão uma aluvião de sentidos.

Um dos fundamentos teóricos desse ensaio é a meditação de Octavio Paz, em *o Arco e a Lira*, que aborda a poesia como uma espécie de experiência transcendental. Para ele, o poema é um dos poucos recursos disponíveis para saltarmos à frente de nós mesmos, o que nos faculta descobrir nossa condição original, que se resume a um contínuo transcender-se.

À contribuição do poeta-crítico mexicano, sobrepõe-se neste ensaio o pensamento do filósofo franco-argelino Jacques Derrida, cuja crítica nos permite entender a linguagem como um rio-corrente em que as significações podem ser múltiplas, com significantes em mobilidade, pelos quais se vão borbulhando e emergindo novos sentidos, sem aferramento a uma estrutura imutável e fechada. Em *Gramatologia*, o pensador da desconstrução chama a atenção para os problemas decorrentes da teoria saussuriana do signo, que privilegia a voz, em detrimento da escritura, caminho que favoreceu um conceito de linguagem em que a produção da fala se enlaça naturalmente a um significado interior originário, estando mais próxima da alma, da verdade, do *logos* - o “fonologocentrismo”.

Apesar de apresentarem diferenças consideráveis, o que exige circunspeção nesse manejar, furtando-nos dos abalroamentos em nosso velejar — o desiderato ora é tão só derivar, beirar vertentes diversas e aportar, sem atracar nenhures —, cremos que tais abordagens teóricas são instrumentos importantes que nos ajudam aqui a pensar na fluidez do material linguístico, em sua polissemia, máxime quando se fala na função estética da linguagem — a poesia. Alinhavamos, pois, possíveis achegas a propósito das camadas iridescentes das palavras e suas possibilidades, não pretendendo, por certo, chegar a bom porto, a um desenlace das questões aqui afloradas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. POESIA EM ESTADO NATURAL

A linguagem, relembra-nos Paz (2012), nada mais é do que poesia em estado natural. Sua essência é simbólica, uma vez que, tal como sucede à metáfora, consiste em representar um elemento da realidade por meio de outro. Toda palavra é como se fora um instrumento mágico, tendo o condão de mudar seu cariz e de transformar tudo com quanto se deparar. A primeira atitude do homem diante dessa faculdade que lhe é inerente, segundo o ensaísta mexicano, foi de confiança. Acreditava-se, destarte, que o signo e o objeto representado eram uma única coisa. Articular palavras era recriar o objeto. Com o processar dos séculos, entrementes, foi o homem percebendo que entre as coisas e seus nomes havia um espesso tapume, fenecendo a ideia da identidade entre o nome e a coisa. Começaram, então, as ciências da linguagem a ganhar prestígio, e o corolário disso foi a prescrição de uma direção unívoca para as palavras — tarefa inglória, sabemos, porquanto os vocábulos jamais se deixam amarrar a definições fixas.

Somos constituídos de palavras. Somos verbo. Inseparáveis, portanto, somos das palavras. Elas engendram nosso mundo e nós o habitamos. Elas vivem em nós e somos seu mundo. Tudo o que sabemos o sabemos sob o fortificado das palavras. Eis a mais cristalina verdade. Não podemos conhecer plenamente a realidade exterior — só a expressamos por obra das palavras, as quais deveras constituem a nossa única realidade, ou, pelo menos, um vestígio da realidade, assim postula Paz (2012). Dessa forma, critica o autor, soa como soberba a tenção da ciência em tomar a linguagem como um objeto de estudo. Todo objeto,

de alguma maneira, faz parte do sujeito cognoscente. No que concerne à linguagem, sujeito e objeto aí são indiscerníveis. Da linguagem não temos meios para fugir, pois o conhecimento é dependente das palavras, e não existe pensamento que possa aflorar à superfície sem elas. A linguagem, sobreleva a ensaística paziana, participa da condição de existência do homem, o que contrasta com a noção de objeto a ser examinado. Dadas as suas limitações, precisam, então, os estudos linguísticos proceder com reserva em suas incursões: “Com isso não pretendo negar o valor dos estudos linguísticos, mas os descobrimentos da linguística não devem nos fazer esquecer suas limitações: a linguagem, em sua realidade última, nos escapa” (PAZ, 2012, p. 39).

A linguagem é uma capacidade particular do homem, o que a distingue dos sistemas de comunicação animal. Confluindo com esta afirmativa, argumenta Paz (2012) com a complexidade da fala humana e a carência de pensamento abstrato nos animais. Os vocábulos, conforme o poeta-crítico, reverberando o pensamento de Marshall Urban, cumprem uma função tripartida: indicam ou designam, isto é, são nomes; respondem a um estímulo material ou psíquico, *verbi gratia*, as interjeições e onomatopeias; e ainda são representações, qual seja, são signos e símbolos. Toda palavra funciona por força dessas três funções, as quais atuam em maior ou menor intensidade. Em outros termos, a significação comparece com ajuda de elementos indicativos, emotivos e representativos. Ocorre que, mesmo sendo indecomponíveis, a função simbólica é o fundamento das outras duas. Pode haver expressão de emoção e marcas frágeis de indicação nos animais, mas nunca se ouviu falar de representação, donde podemos concluir que a linguagem humana se diferencia em cheio da comunicação animal.

Objeta Paz (2012) as teses que sustentam a origem e o desabrochar da linguagem enquanto transição gradativa do simples ao complexo, de modo a reclamar a gênese animal da linguagem. A título de exemplo, do grito, das interjeições e das onomatopeias até as expressões indicativas e simbólicas. Os estudos das línguas antigas, contudo, convencem do contrário. Nesses idiomas, há palavras que só por si denotam frases completas, o que vem a corroborar que as sociedades primitivas não são tão simples como se cogitava outrora: “A passagem do simples ao complexo pode ser uma constante nas ciências naturais, mas não nas da cultura” (PAZ, 2012, p. 41). Em contrapartida, reconhece o autor uma originalidade nessas hipóteses, que é a atenção aos movimentos expressivos, nos quais estão as três funções da linguagem. Falamos com os movimentos do corpo, pelo que os gestos das mãos e do rosto têm significação, tanto que a pantomina imitativa e mágica ter-se-ia sido, quiçá, a nossa primeira linguagem.

Independentemente da origem da linguagem, parece haver, anota Paz (2012), em todas as palavras e formas de linguagem uma natureza mítica. Mito e linguagem confinam. Ambos são, para o ensaísta, “vastas metáforas da realidade”, revelando *a fortiori* uma tendência humana para o processo de simbolização. Pela ação da faculdade simbolizadora, pela índole metafórica da linguagem, o homem adquiriu sua humanidade, conquista que o fez afastar-se do mundo natural. Erigiu-se a si mesmo ao erigir a linguagem: “Pela palavra, o homem é a constante produção de imagens e formas verbais rítmicas, é uma prova do caráter simbolizador da fala, de sua natureza poética” (PAZ, 2012, p. 42). Ao tomar consciência de si, o homem enterrou o estado animal e concebeu outro no interior de si próprio. A cisão entre o homem e as coisas passa então a fazer parte da natureza humana, e a palavra será o fio pelo qual vai sobrepujar a distância que o aparta da realidade exterior. Nunca será idêntica ao que ela designa, visto que sua função é sempre simbolizadora. Toda palavra é símbolo que irradia símbolos.

A experiência poética, na meditação paziana, é um dos poucos recursos que temos para avançarmos à frente de nós mesmos, para perscrutarmos aquilo que realmente somos, desvelamento de uma condição original que é, ao mesmo tempo, criação do nosso ser. Tal equivale a dizer que a revelação não é de algo já pronto, mas que tem possibilidade de ser graças à criação poética. Conquista do ser — eis a nossa liberdade, nossa condição, nosso transcender. O poeta cinge a linguagem de novas energias, quando uma vontade criadora sempre intervém, mesmo que em aparente estado de passividade, mas aí é a imaginação que impera, obstruindo os pendores analíticos. Para Paz (2012), o ato criativo deflagra como violência sobre a linguagem: as palavras se divorciam do uso habitual, ora exalando frescor em suas intermináveis escamas, e depois voltam ao leitor como objeto de participação. Desarraigamento e retorno. É o poema, porquanto, criação única, mas é também recriação pela leitura e recitação.

Linguagem edificada, obra produzida pela mente criadora, Paz (2012) alude que o poema não poderia ter outro lastro senão a linguagem viva e comum, utilizada pelas pessoas para se comunicarem e expressarem seus sentimentos e experiências. Não é o folclore, a fala coloquial ou a linguagem das massas das sociedades modernas, das quais o poeta se desterrou. Auscultando as camadas mais profundas do ser, abstendo-se dos estratos mais rasos da consciência, correspondentes às ideias e opiniões, o poeta encontra alento para seu labor na linguagem vicejante da comunidade, em seus mitos, em seus sonhos e paixões, os quais formam o repositório onde jazem as forças e os valores que a apascentam. A vertente que o poeta vai haurir não são as palavras desertas do dicionário, mas a matéria

úmida da fala social. No poema enxerga a sociedade, então, os fundamentos do seu ser. O poeta é aquele que recria, eleva e purifica o idioma. Ele, porém, não é o soberano que mantém controle sobre a linguagem. Pelo contrário, sua tarefa consiste em afrouxar as amarras que aprisionam sua matéria, possibilitando que as palavras distendam toda a sua ambiguidade. Tal que não se serve. É servo delas. Amputada que é pelo discurso analítico, eis que a palavra a sua natureza original reconquista.

Ao ser transformada em mero instrumento de comunicação, fadada a ser um utensílio qualquer, a linguagem, admoesta-nos Paz (2012), sofre uma mutilação. Quando dela apenas nos servimos, estamos tolhendo seu movimento, sua naturalidade e vocação para a pluralidade de sentidos. É o que acontece com a prosa e situações cotidianas, nas quais as palavras adquirem um significado inequívoco, ocasiões, pois, orientadas pelo pensamento racional. Em verdade, um aprisionamento. Cumpre ao poeta, no entanto, em sua operação de violência sobre a linguagem, aceder aos sentidos latentes, ampliar possibilidades e explorar potencialidades. Quer dizer, ele promove a libertação da matéria. Ele jamais represa a ambiguidade inerente aos vocábulos: “Sem deixar de ser instrumentos de significação e comunicação, transformam-se em outra coisa” (PAZ, 2012, p. 30). Na poesia, a linguagem recupera sua plenitude: valores plásticos e sonoros, afetivos e significativos. Destarte o labor de purificação da linguagem pelo poeta é uma travessia, por assim dizer, para uma outra margem, em que as palavras, inflamadas pela imaginação, reslumbram um mundo onde borbotam significações variegadas, sob a forma de imagem, na qual forças antagônicas se digladiam. Transcender limites — eis do poeta o ofício.

2.2. FORÇAS EM MOVIMENTO

Sob a ótica da abordagem desconstrucionista, acreditamos ora fazer um complemento à discussão aqui exposta a propósito da pluralidade e da ambivalência da palavra na acepção paziana. Derrida (1973) cerra sua crítica ao que ele chama de “logocentrismo”, campo do qual efluem outros conceitos como o de escritura, história da metafísica e ciência da escritura. Para ele, esses conceitos só têm sentido a partir de uma origem e em um seio no qual prevalecem um determinado conceito de signo e um certo conceito de relações da fala com a escritura. São circunscritos, em realidade, a uma “época histórico-metafísica” dominante no mundo ocidental. Tal modo de pensar importou no privilégio da voz — a *phoné* — e no rebaixamento da escritura, reputada como tradutora ou suplemento da fala originária, significante do significante, exterioridade artificial, secundariedade do sentido, enquanto à

voz ser-lhe-ia reservado o papel de expressar o significado primeiro, o pensamento puro, o *logos*, ou seja, ela estaria mais próxima de uma idealidade. Por essa tradição se instaurou até mesmo nossa ideia de mundo e de origem de mundo, fomentando oposições e hierarquias como mundano e não mundano, dentro e fora, universal e não universal, sensível e inteligível, identidade e não identidade.

Em face da metafísica logocêntrica entranhada no pensamento ocidental, tributária, sobretudo, da racionalidade grega, herança esta, por sua vez, reinterpretada pela teologia cristã, empreende Derrida (1973) uma releitura dos fundamentos e das verdades desta tradição por via de uma estratégia desconstrucionista. Sua atenção, então, volta-se à teoria de Ferdinand de Saussure, principal formulador da cientificidade e do estruturalismo da linguística. Reconhece o filósofo franco-argelino a revolução inaugurada pelo linguista genebrino, em especial na questão da imotivação do signo linguístico, que é a relação arbitrária que há entre significado e significante — convenção, pois, e não vínculo natural entre registro fonético e o conteúdo do significado. Lamenta, todavia, que o modelo saussuriano não pôde desvencilhar-se das raízes metafísico-teológicas, particularmente quando da distinção entre o significado e o significante, da qual depende a noção de signo, bem como da referência a um significado que opera em sua idealidade e que é enxotado, posteriormente, para a exterioridade. Assim sendo, o conceito de significado em Saussure remete a um *logos* absoluto, do qual todas as significações procederiam, e evidencia uma solidariedade com a ideia de divino, tal como postulava a teologia medieval, para quem Deus era o *logos* absoluto: “O signo e a divindade têm o mesmo local e a mesma data de nascimento. A época do signo é essencialmente teológica” (DERRIDA, 1973, p. 16).

Nesse prisma, a escritura, o texto, sua leitura e sua interpretação, foram relegados a uma posição secundária. Antes deles, em instância superior, sempre há de existir uma verdade e um sentido (significado, a coisa ideal, o conceito) alicerçados no *logos*. Saussure, assinala Derrida (1973), estribou sua ciência no elemento fonológico. Ao desenhar o campo linguístico, na intenção de emprestar cientificidade ao seu trabalho, Saussure estrema a palavra falada como o seu objeto de estudo concreto, fundando, assim, o programa da linguística. Nisso, a linguagem e toda significação só poderão efetuar-se confortadas na unidade coordenada do som e do sentido da substância fônica, cabendo à escritura tão só uma função derivada — isto é, ser reduplicação da fala plena, representação do som-pensamento. O modelo de escritura aí priorizado é senão a escritura fonética, do tipo alfabético, pela qual se afirmou nossa cultura e a ciência em geral. Dada tal utilidade, seu funcionamento será dependente de unidades de significações já constituídas no sistema

interno da língua, nas quais não teve qualquer participação, excluída, portanto, da interioridade do sistema. O fora é uma ameaça ao dentro, perversão, mal que precisa ser conjurado para resguardar o “liame natural” entre som e sentido.

Derrida (1973) enuncia que o logocentrismo, ao limitar o sistema interno da língua em geral por uma “má abstração”, foi impediante para que Saussure e seus seguidores definissem plenamente o que constituiria o objeto da linguística. A própria tese da arbitrariedade do signo, observa o autor, contradiz a distinção cabal entre signo linguístico e signo gráfico. Em compensação, haveria uma relação pretensamente natural entre a voz e o sentido, entre os significantes fônicos e os significados em geral. Por isso, se todo signo é imotivado, não mais que instituído, não se sustenta essa subordinação natural ou também qualquer hierarquia natural entre significantes — entre escritura e voz. Sendo a escritura inscrição e instituição durável de um signo, o autor vai além e defende que escritura em geral engloba todo o campo dos signos linguísticos. Neste se incluem os significantes considerados gráficos, regidos por uma relação a outros significantes também instituídos, que são como se fossem “escritos”, embora sejam fônicos. Com isso, não podemos tratar da arbitrariedade do signo sem a possibilidade da escritura e fora de seu horizonte: “Isto é, simplesmente fora do seu próprio horizonte, fora do mundo como espaço de inscrição, abertura para a emissão e distribuição espacial dos signos, para o jogo regrado de suas diferenças, mesmo que fossem fônicas” (DERRIDA, 1973, p. 54).

Ampliando assim o conceito de escritura, em atenção a um “transbordamento” do fenômeno da linguagem nos últimos tempos, Derrida (1973) diz que esta deve ser pensada ao mesmo tempo como exterior à fala, longe de ser imagem ou símbolo, e mais interior à fala, que, em seu entendimento, não deixa de ser escritura. Dessa maneira, o conceito de grafia, antes de ser desenho, letra ou qualquer outro tipo de inscrição, antes de ser um significante reenviando a outro significante por ele significado, envolve a instância do rastro instituído, que é o que assiste a todos os sistemas de significação. O rastro se dá na relação com o outro; precede o ente, considerado pela metafísica como a consciência presente, o em-si; é a ausência de um “outro aqui-agora”, de um presente transcendental, de uma outra origem do mundo. São inscrições que se opõem a um pensamento fechado. Sem uma origem e sem uma natureza, constitui um “vir-a-ser imotivado”. Diz respeito a tudo aquilo que é movimento e operação, e não uma estrutura ou algo estático. Aprofundando o que Saussure não escreveu, mas deixou entreaberto, a conclusão derridiana é de que não existe signo ou símbolo, mas um vir-a-ser símbolo. Não se pode falar, porquanto, em um “significado transcendental”, originário e centralizado, fora da estrutura da língua, senão que

de um jogo ilimitado entre significantes. A escritura, então, é um jogo: um vi-a-ser pelo encadeamento de rastros — de significantes.

Trata-se, afinal, de uma movimentação ininterrupta de significação. Não alçando-se significado pleno — sempre sem origem e sem fim. Derrida (1973) traz que, antes de ser representado, o signo linguístico pressupõe uma “escritura originária”. Ora, o que seria? O rastro puro, conforme o filósofo, é a “diferença”, que é a condição para qualquer “plenitude sensível”, seja fônica, seja gráfica, seja audível, seja visível. Ainda que não existindo em si, não sendo totalmente sensível, nem totalmente inteligível, sua possibilidade precede tudo quanto chamamos de signo. Não depende dele. Aí não é só o desaparecimento da origem, mas também é a “origem da origem”. Ela que permite a articulação dos signos entre si. Autoriza a articulação da fala e da escritura, em seu sentido mais vulgar. O rastro é a origem absoluta do sentido, mas ao mesmo tempo inexistente origem absoluta. A significação, desta sorte, só pode irromper pelos rastros, que operam na “diferença”. Mas essas diferenças já não estão constituídas, não preexistem, elas se dão quando confrontadas umas com as outras, quando estão em relação, alimentando cadeias e sistemas de rastros. É o movimento que produz a diferença, em um jogo, o qual implica sínteses e remessas, impedindo que algum elemento esteja presente em si mesmo e remeta apenas a si mesmo. Cada elemento, significante, carrega um rastro do outro.

2.3. UNIVERSO DA PLURALIDADE

As palavras são escorregadias. Não cabem em definições plenas — rebeldes, pois, por natureza. É o que trouxemos nas glosas assentes nas lucubrações de Octavio Paz e Jacques Derrida. O processo de significação não pode efetuar-se de igual modo em todos os indivíduos, tampouco sob um domínio fixo. O movimento das palavras é o que pode costurar esboços de sentidos, uma vez que a palavra isolada não constitui significado. São filamentos que, enredados, podem rebentar um mundo de significações diversas e novas possibilidades de ser. Signos dotados de mobilidade, sem uma direção única. Não é um bem intacto a linguagem, uma estrutura ossificada a nosso dispor, mas, sendo nosso próprio ser, é um organismo vivo, uma operação irrefreável. Uma frase leva a outra. Um texto reenvia a outro. Seu poder avulta incomensurável, a ponto de conhecermos a realidade tão só pelas palavras. Mas os vocábulos, não os soltos, não os inveterados das gramáticas e dicionários, são sempre ambivalentes. Disso não duvidamos. Só não consentimos com a falta de sentido, este que parece ser o fundamento da linguagem.

Na poesia, a palavra desabrocha toda a sua ambiguidade. O pensamento em liberdade faculta mergulhar nas camadas íntimas das palavras e descobrir sentidos escondidos. Desfraldadas pela imaginação, vencem as palavras nossos zelos analíticos. Ao preocuparmo-nos com a clareza e coerência do conceito, concorremos para que a linguagem perca seu potencial de riqueza significativa. Obstrui a prosa o funcionamento daquilo que é uma tendência natural da língua, que é sempre ser outra coisa, ser metáfora. A poesia se comunica por imagem, que é o espaço onde os opostos se reconciliam. A prosa atua com a análise, com a crítica, com a vigilância. Reduzimos qualquer idioma, quando dele apenas nos servimos. O poeta, ao contrário, recusa manter uma relação de utilidade com as palavras. É por isso que declinamos que ele transcende a linguagem em suas significações históricas. Esforça-se para ouvir o que as palavras querem dizer e, então, arranca suas vísceras. Quando o poema recitamos em nossos corações, também operamos uma recriação e doamos novos sentidos. Ora, sortilégio infinito.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalvadas as diferenças dos pensamentos aqui percorridos, temos que as linhas traçadas por nossa proposta de reflexão podem instigar-nos a perceber a linguagem como uma matéria contingente, em que os sentidos nunca estão dispostos e finalizados. Sendo sempre representação, como assaz sublinhou Paz (2012), o que nos diferencia dos outros animais, as palavras estão em via de transformar-se perenemente, restaurando suas feições. A polissemia é uma marca da linguagem e, na poesia, essa qualidade se acentua ainda mais, de tal sorte que a linguagem parece negar a si mesmo, minando todo o assinalho da nossa confiança nas palavras. Toda a crença na sua transparência e na sua eficácia na transmissão do pensamento. Nosso subterfúgio para derrubar a distância que nos cinde da realidade sensível, a linguagem é um leve fio limitado. Afigura-se, entretanto, nosso tesouro mais poderoso para apreender o mundo, conhecer as coisas e comunicar afetividades. Deveras trouxeram as palavras humanidade ao homem, mas são elas mesmas que o desestabilizam quando se arriscam a dizer o indizível, o que parece escapar ao entendimento, à lógica— eis aí a experiência poética.

Somos mobilidade e devir. De igual, as palavras. Nelas atuam forças diversas que, em movimento, carregam-nos a intrincados labirintos. Ensina-nos a filosofia do rastro de

Derrida (1973) que não há pontos fixos, uma origem definida, um pensamento preciso e fechado. Mas apenas remetimentos de significantes a significantes, de rastros a rastros, que funcionam nas diferenças — que não estão constituídas, mas que se processam no “jogo”. Convidados somos à alteridade, ao diferente, em que não há plena presença, quer sujeito, quer significado. Se as palavras são prenes de significados múltiplos, como temos defendido neste ensaio, não se sustentam sentidos únicos aos quais devemos aludir ou repetir maquinalmente. A palavra tem uma vocação, que é ser ambígua, nada mais, então, do que poesia em estado natural. No uso cotidiano, contudo, nós as mutilamos e retardamos sua naturalidade. Só por obra da poesia, elas recuperam seu potencial de pluralidade, que é a possibilidade de significar uma miríade de coisas. Que o poema nos aponte novos caminhos de metamorfoses e subjetividades. Afinal, só sabemos que nunca somos absolutos. Nossa existência, diz Paz (2012), resume-se a um eterno “chegar-a-ser”.

4. REFERÊNCIAS

DERRIDA, J. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

PAZ, O. **O arco e a lira**. Tradução de Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2012.